



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

O ENSINO DA QUESTÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO GRADUADA EM SERVIÇO SOCIAL

CAMILA MAEWE DA SILVA BANDEIRA ¹

RESUMO: O estudo aborda o ensino da questão social e suas expressões na formação em Serviço Social, à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Evidencia-se que a materialização das referidas diretrizes neste ensino ainda enfrenta desafios impostos pelo projeto neoliberal na política de educação, implicando à profissão construções críticas e estratégicas de novas mediações que qualifiquem o ensino da questão social, a formação e o trabalho profissional e a concretização do seu Projeto Ético-Político.

Palavras-chave: Questão Social; Ensino; Trabalho; Serviço Social.

ABSTRACT: The study approaches the teaching of the social question and its expressions in the formation in Social Work, in the light of the Curricular Guidelines of ABEPSS of 1996, from a bibliographic review and

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

documental research. It is evident that the materialization of these guidelines in this teaching still faces challenges imposed by the neoliberal project in the education policy, implying in the profession critical and strategic construction of new mediations that qualify the teaching of the social question, the formation and the professional and the realization of its Ethical-Political Project.

Keywords: Social Question; Teaching; Work; Social Work.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui em um estudo exploratório que compõe a pesquisa de mestrado acadêmico da autora e da sua professora orientadora, que tem por objetivo compreender os desafios e possibilidades no ensino da questão social e das suas expressões, a partir dos aportes e da direção trazidos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 (ABEPSS, 1966) na formação graduada em Serviço Social no Rio Grande do Sul (RS), identificando os elementos que têm fundamentado, favorecido e dificultado este ensino a partir dos Núcleos de Fundamentação da Formação e das suas expressões de resistências sociais, no sentido de analisar se a questão social vem sendo trabalhada a partir da sua concepção crítica, enquanto categoria fundante sócio-histórica da profissão e como seu objeto de trabalho, conforme pautado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e pelo atual Projeto Ético-político do Serviço Social.

Diversos são os impactos na formação profissional dos desmontes e mercantilização do projeto ultraneoliberal na política de educação, que implicam na necessidade de uma permanente avaliação da materialização das Diretrizes Curriculares com relação ao ensino da questão social. As produções sobre a mesma em suas mediações com a formação e o ensino na profissão são escassas, o que reforça a relevância do presente estudo. Por isso, este trabalho aposta nesse movimento de avaliação como caminho de fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão,

diante dos rebatimentos do projeto ultraneoliberal e conservador em curso e dos processos de reestruturação produtiva do capital que acentuam a exploração do trabalho, reconfiguram e complexificam as expressões de desigualdades da questão social, na medida em que desmobilizam as possibilidades de resistência da classe trabalhadora e impactam nas condições de vida de enormes contingentes da população brasileira.

Iamamoto e Santos (2021) discorrem que sob o governo do presidente Bolsonaro, o país se compromete com as oligarquias financeiras e com o capital internacional. O braço repressivo do Estado tem as Forças Armadas como recurso de controle, usado às vezes até de forma inconstitucional, com constantes ameaças à democracia e apologias à ditadura. O fundamentalismo religioso e obscurantista e o negacionismo da ciência são características desse governo, que possui traços neofascistas. A autonomia universitária e a docência, a liberdade de pesquisa, a razão crítica, a criação científica, a pesquisa e a autonomia universitária e docente estão severamente prejudicadas. Cortes orçamentários, justificados pelo equilíbrio fiscal, comprometem o financiamento das políticas públicas, colocando a privatização como solução, fazendo-as nichos de investimento e de acumulação capitalista. O resultado é uma conjuntura de ampla regressão de direitos.

A classe trabalhadora vem sendo atacada intensamente em suas condições de vida e trabalho e em seus direitos, a desigualdade social atinge níveis exorbitantes. A reforma trabalhista foi aprovada no Brasil em 2017 sob a justificativa de conter a crise, de gerar mais empregos e de que a CLT vigente é ultrapassada. A reforma altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BRASIL, 2020) e a Lei nº 6.019/1974 (BRASIL, 1974), que dispõe sobre as regras do trabalho temporário, flexibilizando as relações de trabalho e os direitos dos trabalhadores. Rafael (2020) afirma que estatisticamente a farsa da nefasta reforma trabalhista já se comprova com o crescimento do desemprego e do sentimento de desesperança dos trabalhadores.

O advento da pandemia de covid-19 intensificou essa crise econômica, social e política ceifando milhares de vidas e escancarando uma realidade que já estava posta, de um Estado mínimo que limita as políticas públicas, que não garante o

mínimo de dignidade à sua população, imposto por esse governo e seu combate ao projeto democrático e popular. A pandemia demonstrou que é sempre a classe trabalhadora que paga a conta das crises e que as mediações de raça e gênero impactam diretamente em como essa conta é mais cara para determinadas populações. Em 2019, antes da pandemia, o Brasil tinha cerca de 24 milhões de pessoas na extrema pobreza, ou 11% da população, vivendo com menos de R\$ 246 ao mês, já em 2021, subiu para 35 milhões, ou 16% do total. (IBGE, 2020; NERI, 2021). Em 2020, 49,6% da riqueza total do Brasil – quase a metade – estava concentrada nas mãos de apenas 1% da população. (IBGE, 2020).

O Brasil somou 14,8 milhões de desempregados e 33,3 milhões de subutilizados em 2021 (alta de 6% em comparação com o 4º trimestre de 2020) e a renda média caiu abaixo de R\$ 1 mil pela 1ª vez em 10 anos. (NERI, 2021). Em 2020, de 8 milhões que perderam emprego na pandemia, 71% eram negros e negras, atingindo mais as mulheres negras. O rendimento médio real de um homem branco no segundo trimestre de 2020 era de R\$ 3.484, enquanto o das mulheres brancas ficava em R\$ 2.660. No mesmo período, o rendimento médio real do homem negro era R\$ 1.950, e da mulher negra, R\$ 1.573. No Rio Grande do Sul, a estimativa de desempregados no em 2021 era de 526.000 pessoas, a taxa de desemprego no estado em 2019 era de 8%, em 2021 foi para 18,8%. (DIEESE, 2021).

O aprofundamento da desigualdade social se expressa inegavelmente pelos números. O salário mínimo no Brasil em 2022 teve reajuste de 9,24% em comparação com o ano anterior, somando o valor de R\$ 1.212,00, sendo que o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas, estimado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2022), é de R\$ 5.997,14. Em 2020, cerca de 22 milhões de pessoas entraram na contabilidade da pobreza na América Latina e outros 8 milhões migraram para a pobreza extrema. (CEPAL, 2020). A taxa global de extrema pobreza aumentou pela primeira vez desde 1998, de 8,4% em 2019 para 9,5% em 2020. (ONU, 2021). A burguesia lucra em cima da morte e da miséria, enquanto a classe trabalhadora está desprotegida, enquanto as violações de direitos e as expressões da questão social se agudizam para as pessoas que vivem em extrema

pobreza, que não têm acesso a recursos básicos, que possuem empregos precarizados e sem estabilidade, pessoas pretas, periféricas, mulheres, mães, indígenas, população LGBTIA+, imigrantes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, idosos e diversos segmentos.

Em contra-partida é nesses contextos que, de acordo com Penna (2020), as iniciativas populares e as organizações da sociedade civil intensificaram movimentos de resistência para dar conta de direitos básicos que deveriam ser permanentes e garantidos pelas políticas públicas, as primeiras iniciativas tinham o objetivo de atender necessidades imediatas (provimento de álcool gel, itens de limpeza e alimentos), mas as ações que pressionam o poder público para o estabelecimento de políticas e ações garantidoras de direitos básicos, como alimentação e renda mínima, também têm se multiplicado. Raichelis, Damares e Albuquerque (2019) já advertiam que, nesses contextos o mercado de trabalho para assistentes sociais cresce e se diversifica, já que as demandas sociais e o agravamento da questão social aumentam.

O desafio é como materializar a urgente construção de novas estratégias de emancipação e resistência e de coletivização e organização das lutas para o enfrentamento da questão social e suas expressões, quando os impactos das estratégias ultraneoliberais de reestruturação produtiva do capital, incidem em uma nova morfologia do trabalho desses profissionais, que flexibiliza e deteriora suas relações trabalhistas, os submetendo à subcontratação, terceirização, precarização, trabalho não protegido, insegurança laboral, assédio moral, sofrimento e adoecimento pelo trabalho, baixa e incerta remuneração, desproteção social, etc. Por isso a importância do investimento em uma formação profissional qualificada, que proporcione os elementos essenciais para o desenvolvimento das competências profissionais e de um trabalho profissional sintonizado com a direção social da profissão, principalmente com relação à questão social e suas expressões enquanto objeto de trabalho.

Dessa forma, apresenta-se por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, uma análise preliminar da conjuntura da formação profissional com ênfase no ensino da questão social, no sentido de conhecer a organização prevista e a materializada

na realidade dos cursos do estado do Rio Grande do Sul, das disciplinas que abordam essa temática e da estruturação dos seus currículos, no sentido de traçar mediações do processo formativo na particularidade regional, desvendando as particularidades do desenvolvimento da profissão nesse território e suas incidências e influências no objeto de estudo, para contribuir com a totalidade de análises nacionais.

2. A CENTRALIDADE DA QUESTÃO SOCIAL NO PROCESSO FORMATIVO DO SERVIÇO SOCIAL SOB O MARCO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996

A questão social possui compreensões diversas nas diferentes matrizes do pensamento social e nas particularidades dos contextos econômicos, culturais e políticos do desenvolvimento das sociedades. No Serviço Social, as análises teórico-metodológicas da questão social ganham corpo a partir do Movimento de Reconceituação da profissão na América Latina, na aproximação do Serviço Social com o marxismo e no momento de amadurecimento dessa aproximação, que se deu na superação do Movimento de Reconceituação, que aconteceu no Brasil na crise da ditadura e que propiciou à profissão o questionamento e a crítica de um embasamento teórico-metodológico que pudesse responder e direcionar a categoria aos avanços das lutas pelos direitos sociais e políticos que a sociedade travava naquele período (IAMAMOTO, 2018).

Obras como “Relações Sociais e Serviço Social” de Iamamoto e Carvalho (1982), “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” de Netto (2017), “Serviço Social em tempos de capital fetiche” de Iamamoto (2008) e os artigos da clássica Revista *Temporális* nº3, de Iamamoto (2001), Netto (2001), Yazbek (2001) e Pereira (2001), marcaram um importante momento de construção e consolidação da renovação crítica no Serviço Social brasileiro e oferecem um aporte teórico clássico sobre questão social na concepção marxista na profissão. Ainda que hajam problematizações no debate teórico-metodológico sobre a questão social entre os autores do Serviço Social, com relação a sua apropriação pelo pensamento

conservador, sua ineficiência em desvelar as relações sociais e de produção capitalista, sua origem nas particularidades das formações das sociedades, o momento em que efetivamente se constitui enquanto questão social e se ela deve se constituir no objeto de trabalho da profissão, o fato é que no processo de renovação da profissão no Brasil, o Serviço Social, a partir da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo e da aproximação com a tradição Marxista, se apropria, ressignifica e difunde na profissão a concepção de questão social nos aportes analíticos da matriz do materialismo histórico dialético, (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) marcando assim seu posicionamento e compromisso com os direitos da classe trabalhadora e com a superação da ordem burguesa.

A questão social, passa assim a ser compreendida como um conjunto de expressões de desigualdades e lutas sociais que emergem de uma relação de disparidade e contradição entre as classes sociais no sistema de produção e sociabilidade capitalista, em aspectos econômicos, políticos e culturais, mediadas ainda pelas relações de gênero, étnico-raciais, regionais e culturais (IAMAMOTO, 2001). A incorporação da teoria social de Marx como matriz teórico-metodológica fornece as mediações necessárias para desvendar os artifícios do pensamento conservador que pairam sobre a questão social, segundo Netto (2001, p.45), ao desvendar a dinâmica da lei geral de acumulação capitalista, a análise marxiana também "revela a anatomia da questão social", portanto revela sua dimensão contraditória e indissociável do modo de produção capitalista. Sem os elementos desse aporte teórico, da categoria ontológica do trabalho e dos elementos do processo de produção, reprodução e acumulação capitalista, a questão social se esvazia enquanto categoria analítica.

No modo de produção capitalista, o trabalho, que em sua dimensão ontológica se caracteriza pelo ato primário de objetivação do ser social de satisfação de necessidades, proporcionando as condições básicas de produção da vida material, na relação homem-natureza e entre os próprios homens, como categoria fundante do ser social e imprescindível para a compreensão das relações sociais (SOUZA; SILVA, 2020), passa a ter um cunho alienante e não realizador do homem, que se dá no processo de apropriação coercitiva da burguesia na divisão social do trabalho,

na propriedade privada e no desenvolvimento das relações de mercado, a dimensão ontológica do trabalho é completamente prejudicada, porque se estrutura um sistema de produção que explora o trabalho de uma classe de forma fetichizada, escondendo como confere valor ao produto do trabalho. As relações sociais humanas sofrem assim um processo de reificação, produzindo um cenário de alienação que fornece manutenção a esse sistema e que impede o desenvolvimento pleno dos seres sociais em nome da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. (MARX, 1980).

De um modo geral, entende-se que o surgimento e desenvolvimento da questão social acontece na formação da classe operária e sua entrada no cenário político, apontando a necessidade de o Estado reconhecer e implementar políticas que considerem seus interesses e demandas diante da exploração do trabalho pela classe capitalista (IAMAMOTO, 2001), mas as particularidades da formação sócio-histórica dos países, as revoluções industriais, as metamorfoses da gestão do trabalho e das formas de acumulação do capital vão desenhando formas diversas de manifestação da questão social, que permanecem tendo sua raiz comum, mas que se ampliam e complexificam na superfície, enquanto o sistema capitalista se reinventa em suas crises cíclicas, acumulando mais riqueza e cada vez fetichizando mais suas formas de exploração. Essas determinações da questão social fornecem conexões indispensáveis entre Serviço Social e realidade, por isso, ela passa a ser concebida como categoria fundante sócio-histórica da profissão e, dessa forma, como eixo analítico dos fundamentos da profissão (CLOSS, 2015), assumindo uma posição central na formação profissional, bem como se constitui em objeto de trabalho profissional do assistente social, aspectos que as Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS em 1996 têm por objetivo materializar. (ABEPSS, 1996).

A construção das referidas diretrizes marca a história da formação em Serviço Social no Brasil. Goin (2019) explicita que a nova lógica curricular, ao apostar na indissociabilidade entre história, teoria e método, rompe com a endogenia que analisava o Serviço Social nele e por ele mesmo e possibilita compreendê-lo nos processos sociais, como produto e produtor desses processos, em suas múltiplas determinações. Closs (2015) aponta que a concretude histórica que a questão social

atribui à profissão, faz com que ela tenha esse caráter de centralidade, junto à categoria trabalho, na estruturação curricular, esta centralidade enriquece a proposta de formação, pois articula componentes de análise da gênese profissional, da particularidade da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e na sociedade burguesa e as bases interpretativas críticas do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, por isso as Diretrizes Curriculares da ABEPSS apostam na transversalidade da questão social aos componentes curriculares para garantir uma formação generalista.

Dessa forma, a apreensão das particularidades da questão social, e de todos os conteúdos e matérias do currículo, é subsidiada pela articulação de três Núcleos de Fundamentação da formação: Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, que trata da compreensão dos fundamentos, categorias, conhecimentos e teorias que explicam a realidade e a totalidade histórica do ser social; Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, que articula o processo histórico de formação da sociedade brasileira, as particularidades do seu desenvolvimento e dos desdobramentos do capitalismo em um país latino-americano dependente e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que recupera a profissionalização do Serviço Social, como trabalho especializado, considerando sua matéria e objeto de trabalho, os instrumentos, técnicas e recursos que conformam a intervenção profissional. (ABEPSS, 1996).

Mas as contra-reformas do ensino superior atropelaram esses processos, e trouxeram diversos desafios na implementação efetiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Em sua aprovação em 2001 sofreu várias descaracterizações, supressão de princípios e conteúdos das matérias, deixando as unidades de ensino com escassa referência, prejudicando a garantia da transversalidade e articulação dos conteúdos, o que indica desafios de materialização da questão social como ordenadora do currículo, perpassando as matérias e disciplinas na matriz curricular dos cursos de Serviço Social. Diante da conjuntura de precarização da formação e do ataque neoliberal às universidades, se evidencia a importância de preservar as conquistas que atribuem legitimidade intelectual, ética e cultural à profissão e impulsionar seu avanço. (KOIKE, 2009).

3. DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DA QUESTÃO SOCIAL NA PROFISSÃO

O projeto neoliberal traz diversas contrarreformas no interior do Estado e nas políticas sociais que impactam profundamente o mundo do trabalho e as condições de vida da população. Behring e Souza (2020) definem que o neoliberalismo, enquanto um projeto de dominação de classe, tem por objetivo ampliar a extração de mais-valia, a partir de reestruturações na produção, elevando para uma superexploração e ao mesmo tempo impondo limites crescentes às possibilidades de resistência dos trabalhadores. Os impactos das contrarreformas na política de educação na formação em Serviço Social hoje são inúmeros e, segundo Iamamoto (2014), são decorrentes do contexto de expansão acelerada da oferta de vagas, principalmente na modalidade à distância, de prevalência de instituições de ensino privadas não universitárias que prejudicam o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação, de precarização das condições de trabalho docente, de alteração no perfil socioeconômico e de identidade dos estudantes, com relação à gênero, etnia e geração, de financeirização, mercantilização e privatização da política educacional e da vida social e de proposta do ensino superior por competência focado no sistema produtivo.

Guerra (2018) alerta que nesse contexto as categorias centrais para a formação de assistentes sociais tendem a ser tratadas como conceitos positivados, descontextualizados e/ ou desconexos da natureza da profissão. É necessário tratá-las rigorosamente no âmbito teórico, histórico e metodológico, os docentes devem adotar um recurso pedagógico que demonstre claramente os nexos internos e intrínsecos entre as categorias, na perspectiva de superar tendências formais-abstratas e antiontológicas que invadem a racionalidade da profissão: o teorismo, o metodologismo e a adoção de uma concepção de história cronológica e para isso, é necessário radicalizar as diretrizes e seus princípios, defender a universidade como espaço de formação integral, crítica e de produção de um conhecimento socialmente relevante.

O que ocorre é que com relação ao ensino da questão social, a profissão tem analisado pouco se seu processo formativo está contemplando o ensino a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Closs (2015), em seu estudo sobre a produção dos periódicos da área sobre a questão social em sua mediação com o ensino e a formação, apontou que as produções são escassas. Em levantamento realizado em outubro de 2021 no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de identificar as produções sobre o ensino da questão social na formação profissional, a partir dos descritores "questão social", "Serviço Social" e "ensino", somente uma tese foi encontrada tratando especificamente sobre o tema, a de Ferreira (2015), que revela diversos desafios que ainda se colocam no processo da apreensão da questão social pelos assistentes sociais, como a heterogeneidades de concepções, a dificuldade de compreensão da sua gênese e estrutura no conflito capital-trabalho e da sua dimensão contraditória e política de desigualdades e resistências, afetando o desenvolvimento das mediações necessárias para a intervenção profissional. Realizou-se pesquisa documental em julho de 2022 nos currículos disponibilizados nos sites de 10 instituições públicas e privadas que ofertam cursos de Serviço Social presenciais ativos no Rio Grande do Sul, identificados a partir do sistema E-MEC do Ministério da Educação. A pesquisa revelou a seguinte realidade e configuração curricular com relação às disciplinas de questão social: 9 cursos (9 de 10) possuem ao menos uma disciplina com o descritor "questão social" no currículo, que se localizam entre o primeiro e o terceiro semestre. Um curso (1 de 10) não tem disciplina intitulada dessa forma no currículo e é de uma instituição privada. Apenas dois cursos (2 de 10) ofertam duas disciplinas intituladas de questão social, de carga horária total de 60h cada e ambos são de instituições públicas, em um (1 de 2) as disciplinas são ofertadas no primeiro e no terceiro semestre e em outro (1 de 2) uma é ofertada no primeiro semestre e outra é optativa, podendo ser cursada em qualquer etapa, o restante do total dos cursos (7 de 10), ofertam somente uma disciplina com esse título no currículo. Das 11 disciplinas levantadas nessa pesquisa, nove (9 de 11) possuem carga horária de 60h e duas (2 de 11) possuem 80h. Elas estão nomeadas principalmente como: "questão social e Serviço Social" (5

de 11) e o restante articula dimensões como: objeto de trabalho do Serviço Social (1 de 11), trabalho (1 de 11), capitalismo (1 de 11), transformações societárias (1 de 11), formação social brasileira (1 de 11) e mídia (1 de 11).

Nestes mesmos cursos, realizou-se pesquisa documental nos seus sites institucionais, nos itens que apresentam as informações do curso, do processo formativo e da profissão, com objetivo de identificar se/como a questão social aparece nesta descrição, se evidenciou o que segue: as apresentações nos sites seguem a tendência comum de citar o que a instituição concebe como competências profissionais do assistente social, seus espaços de atuação, os segmentos com que trabalha e seu objeto de intervenção. Dos 10 cursos, somente um (1 de 10), de uma universidade pública, cita a questão social na sua apresentação, quando se refere ao objetivo geral do curso. Os demais objetos de estudo e de intervenção citados nas apresentações aparecem da seguinte forma e frequência: necessidades, demandas e desigualdades sociais (4), políticas públicas e sociais e programas sociais (3), processos sociais (2), realidade social (1), conjunto das relações sociais (1) e exclusão social (1).

Apesar da maioria dos cursos no estado prever a disciplina de questão social no seu currículo é preciso aprofundar a análise de como ela está sendo abordada nestas disciplinas e na configuração total do processo formativo. É curioso que a questão social e suas expressões sejam elementos invisibilizados nas apresentações dos cursos, o objeto de intervenção da profissão não é algo publicizado para a sociedade e futuros alunos no principal portal de divulgação, informações e ingresso dos cursos, que são as mídias digitais das instituições. As competências profissionais tão amplamente citadas nas apresentações traduzem as formas de enfrentamento ao objeto de trabalho, mas não o objeto em si e essa demarcação é importante na atual conjuntura. Guerra (2018) sinaliza que o projeto de formação deve ser orientado por um projeto de profissão coerente e consistente, que deixe claro de que Serviço Social está se falando, quais os seus objetivos, atribuições e competências sócio-profissionais e à qual perspectiva se vinculam, de maneira a não ceder às tendências neutralizadoras, conservadoras e neoliberais que disputam terreno na profissão.

É preocupante que no interior do Serviço Social ainda seja necessário travar esforços para que a questão social seja afirmada como objeto de trabalho a partir dos fundamentos teórico-metodológicos definidos nas Diretrizes Curriculares, enquanto as expressões da questão social se agudizam, se complexificam e se fetichizam no cenário sócio-político e sanitário brasileiro, no auge da revolução 4.0 de intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação, da pandemia de covid-19, que aprofundou o processo de regressão dos direitos sociais e que segundo Rafael (2020, p. 128) descortina "o quão violento e anticivilizatório é o modo de produção capitalista, que sacrifica vidas dia a dia", das novas morfologias que se colocam mundo do trabalho, como o teletrabalho, a plataformização e uberização, que promovem desvinculação empregatícia e desregulamentação social do trabalho, legitimadas por legislações como a reforma trabalhista e da previdência, criando uma tendência de intensa precarização, terceirização, instabilidade e desemprego total, que segundo Antunes (2018) coloca a servidão como um privilégio de sobrevivência. É preocupante que não tenhamos consolidado na profissão a questão social como objeto de trabalho, enquanto suas expressões nos demandam profundamente uma intervenção cada vez mais complexa, atenta, crítica, criativa e coletiva.

Para Koike (2009), manter sob permanente crítica e atualização o processo da formação profissional é uma necessidade de todos os campos profissionais. Para os assistentes sociais, pensar seu processo educativo/formativo, requer cautelosa avaliação do atual estágio do capitalismo e seu Projeto Ético-político. Lewgoy e Maciel (2016) destacam que desde a década de 1990, podemos resgatar da trajetória histórica do Serviço Social, uma composição dialética de configurações, problematizações e resistências que buscam garantir o Projeto Profissional por meio de estratégias que se propõem a enraizar e florescer as Diretrizes Curriculares, de manter a organização política da profissão e de sintonizar seu Projeto com a direção social da formação.

Nesse sentido, é possível identificar esforços e investimentos por parte da profissão para essas garantias. Em 2012 a ABEPSS lançou o projeto intitulado "ABEPSS Itinerante - A Atualidade do Projeto de Formação Profissional frente a contrarreforma

da Educação”, em sua primeira edição, com formato de curso de aperfeiçoamento, objetivando o avanço no processo de enraizamento e fortalecimento das Diretrizes Curriculares e das estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior. O projeto abrangeu todas as regiões brasileiras, articulando as diversas UFAs e segue desde então com várias edições, o que se traduz em uma importante ação da categoria para a capacitação profissional e a defesa da formação pautada pelas atuais Diretrizes Curriculares. Em 2013, se consolidou a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS e CRESS nas gestões de 2008-2011 e 2011-2014, com as contribuições da ABEPSS e da ENESSO e aprovada no 40º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS.

Em 2020, o ano em que a pandemia de Covid-19 iniciou no Brasil, a ABEPSS lançou o projeto ABEPSS AO VIVO, que se constitui em lives no perfil do Facebook e no canal do Youtube da entidade, com temas importantes para o Serviço Social e a sociedade, com a participação de convidadas/os. Os objetivos do projeto dizem respeito à “promoção de uma reflexão crítica sobre as contradições do capitalismo e sua exacerbação ainda maior durante a pandemia, com rebatimentos na Educação; o combate ao negacionismo da ciência e a promoção da produção científica do Serviço Social; a difusão da concepção e da lógica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, com leitura crítica da profissão; mobilização de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs); a publicização das ações da ABEPSS e da produção da entidade e ampliação do alcance da comunicação da ABEPSS e de sua capacidade de interlocução e diálogo com estudantes de graduação e pós-graduação, assistentes sociais, docentes, supervisores de estágio, pesquisadores e com o conjunto da sociedade.”

O canal do youtube da entidade, chamado TV ABEPSS, já possui mais 26 lives salvas na plataforma, com temáticas que articulam o Serviço Social, direitos humanos, questão social, Fundamentos da profissão, Diretrizes Curriculares, curricularização da extensão, trabalho e formação profissional, políticas sociais, infância, adolescência e envelhecimento, gênero, debate étnico-racial, violência, questão ambiental, direito à terra, pandemia, lutas sociais, crise do capital, entre outras. A última oficina nacional da ABEPSS que ocorreu em dezembro de 2021

teve por temática central a crise do capital, questão social e Diretrizes Curriculares, no sentido de promover o debate tão importante sobre essas questões tão fundamentais à profissão, que seguem exigindo estudos, análises e aprofundamentos. Se faz extremamente necessário fortalecer e apostar nessa composição dialética diante de contextos tão desafiadores que se colocam, germinar as sementes que a luta coletiva dos assistentes sociais plantou no decorrer da história, passa por afirmarmos o compromisso de traçar permanentemente caminhos de análise da qualidade da formação e do trabalho profissional, consolidando o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

4. CONCLUSÕES

Diante do exposto, se reforça a importância da constante avaliação do processo de formação profissional do Serviço Social com relação ao ensino da questão social a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, no sentido de fortalecer o Projeto Ético-Político da profissão, diante dos rebatimentos do projeto neoliberal em curso e os processos de reestruturação produtiva do capital que acentuam a exploração do trabalho e reconfiguram e complexificam as expressões de desigualdades da questão social, na medida em que desmobilizam as possibilidades de resistência da classe trabalhadora.

O estudo exploratório do ensino da questão social na formação profissional no estado do Rio Grande do Sul revelou algumas tendências da organização do ensino e da concepção dessa categoria nos cursos de Serviço Social, que indicam a importância de aprofundar e ampliar as análises de como a questão social está sendo de fato concebida pela profissão e abordada e absorvida no processo de ensino e aprendizagem.

A questão social está explícita e pulsante na realidade atual, quando ela está tão nítida assim, é sempre um sinal de que a exploração está em seu ápice e que as condições de vida da classe trabalhadora estão intensamente afetadas, mas, por outro lado, olhá-la nos olhos pode se constituir um importante despertar, pode impulsionar a organização dos que sofrem com suas manifestações. Para quem tem

a consciência de classe no olhar, vê-la sem reagir é um incômodo insuportável. O assistente social tem um importante compromisso profissional de jamais perder esse incômodo, reagir e provocar reações é o que atesta sua lucidez ética, é o que permite que esse olhar nunca naturalize a desigualdade e a violência que o sistema capitalista produz. O desafio que se coloca ao Serviço Social nesse momento, é o de reunir toda a bagagem das suas competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e todas as mediações necessárias para a construção, junto de sua classe, dessa reação.

Manter uma base formativa crítica e qualificada, que instrumentalize o assistente social à lidar com os desafios de fragmentação e reducionismo da questão social e suas expressões, que se colocam nas contradições dos espaços sócio-ocupacionais e nas novas morfologias do trabalho, exige, nos termos de lamamoto (2008, p. 240), "realizar a "viagem de retorno à profissão", para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como 'concreto pensado'". Estes aspectos seguirão em estudo na pesquisa de mestrado acadêmico da autora e sua professora orientadora, com o objetivo de desvendar as particularidades dessa realidade no estado e contribuir com a qualificação da formação e do trabalho profissional.

5. REFERÊNCIAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf> Acesso em: 28/04/2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. R.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. In: SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de.; SILVA, L. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). **Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Brasília - DF, 2020. Disponível

em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm#:~:text=Ins titui%20o%20Programa%20Emergencial%20de,decorrente%20do%20coronav %C3%ADrus%20C%20de%20que](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm#:~:text=Ins%20titui%20o%20Programa%20Emergencial%20de,decorrente%20do%20coronav%20C3%ADrus%20C%20de%20que)>. Acesso em: 13/07/2022.

BRASIL. **Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.** Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jan. 1974. Disponível em: <https://bit.ly/3ikt3f5>. Acesso em: 13/07/2022.

CLOSS, T. T. Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 253 - 266, ago./dez. 2015.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2020.** Santiago, (LC/PUB.2021/2-P/Rev.1), 2021. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46687/8/S2100150_es.pdf> Acesso em: 05/03/2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos** - Salário mínimo nominal e necessário. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2022>> Acesso em: 05/03/2022.

DIEESE. **Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia.** Boletim Especial 20 de novembro - Dia da Consciência Negra. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.html>> Acesso em: 05/03/2022.

FERREIRA, J. W. **Questão Social:** um estudo acerca dos fundamentos teóricos, estratégias metodológicas e relação teórico-prática no ensino em Serviço Social. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** Campinas: Papel Social, 2018, p. 25-46.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, M. V. formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M.. **A história pelo avesso:** a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008

IAMAMOTO, Marilda Villela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista**

Libertas, Juiz de Fora, v.18, n.2, P.204-226, ago. a dez./2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603/9729>> Acesso em: 29/05/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Covid 19**. 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/>> Acesso em: 05/03/2022.

KOIKE, M. M. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S. **O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14227>> Acesso em: 08/05/2020.

MARX, K. **O Capital**. Livro I, V. I. 8. ed. São Paulo: Difel, 1980.

NERI, M. **Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia**. Sumário executivo. FGV Social, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/06/Bem_Estar_Trabalhista-Felicidade_e_Pandemia_Marcelo-Neri_FGV-Social_TEXTO.pdf> Acesso em: 05/03/2022.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. *Temporalis*, n. 03, Ano 02, ABEPSS, Grafiline, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **ONU: próximos 18 meses são cruciais nos esforços globais para reverter os impactos da pandemia**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/134651-onu-proximos-18-meses-sao-cruciais-nos-esforcos-globais-para-reverter-os-impactos-da>> Acesso em: 05/03/2022.

PENNA, C. **Ativismo e políticas públicas durante a pandemia**. Artigo do site do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) - UFRGS, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/ativismo-e-politicas-publicas-durante-a-pandemia>> Acesso em: 05/01/2022.

PEREIRA, P. A. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

RAFAEL, J. C. Trabalho, questão social e opressões: contribuições ao debate sobre violência de classe, raça e gênero no Brasil. **GÊNERO**, Niterói, v. 20, n. 2, p. 110-131, 1. sem 2020.

RAFAEL, J. C. Trabalho, questão social e opressões: contribuições ao debate sobre violência de classe, raça e gênero no Brasil. **GÊNERO**, Niterói, v. 20, n. 2, p. 110-131, 1. sem 2020.

RAICHELIS, R.; DAMARES, V.; ALBUQUERQUE, V. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2019.

SOUZA, A. A. S.; SILVA, L. B. Trabalho e sociabilidade: a atualidade dos fundamentos ontológicos. In: SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de.; SILVA, L. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). **Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.